

apartes

NÚMERO 7 - MAIO/2014

Brasil em festa

No ano em que recebe a **Copa do Mundo**, País comemora também os 30 anos da **Campanha das Diretas Já**



Telhados verdes

Coberturas ecológicas melhoram qualidade de vida em São Paulo

Bullying e superação

Leis e projetos abordam violência contra estudantes

Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marta Costa (PSD)
2º Vice-Presidente: George Hato (PMDB)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Conte Lopes (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedora: Sandra Tadeu (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB) - licenciado, Noemi Nonato (PROS), Orlando Silva (PCdoB) - suplente em exercício, Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT)

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência, Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Diagramação: Elton Jhones Pereira
Editor de infografia: Rogério Alves
Estagiários: Bruna Cavalini, Hugo Ramallo, Pedro Santana, Raphaela de Oliveira, Tatiana Lamonica
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Leonardo Pedrazzoli, Livia Tamashiro
Unidade de apoio: Procuradoria, Secretaria de Documentação - SGP.3, Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Elton JP (montagem) e Yuri Andreoli/Fundação Cásper Líbero (foto menor)

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista, São Paulo - SP
CEP 01319-900 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Periodicidade: mensal
Fechamento desta edição: 28/5/2014

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo
Presidente da CMSP



*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

Em 1984, o povo brasileiro saiu às ruas para exigir a volta de um direito que nunca poderia nos ter sido tirado: a democracia. O movimento, que ficou conhecido como Diretas Já, reivindicava que os cidadãos tivessem a possibilidade de escolher, por meio do voto direto, os governantes dos municípios, dos Estados e da nação. Embora não tenham reconquistado de imediato esse preceito básico de um país livre, aquela movimentação foi a semente para que alcançássemos o Estado democrático atual, em que os representantes do povo são escolhidos pelo voto popular direto.

Em 2014, as Diretas Já completam 30 anos. A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) participou ativamente do processo, abrindo as portas do Palácio Anchieta, sua sede, para que os populares pudessem se manifestar livremente. Daqui saíram vereadores, funcionários e cidadãos, com faixas em punho, para se juntar à multidão que se encontrava no Vale do Anhangabaú para protestar. Aqui foi realizado o “velório” simbólico de deputados federais que não tiveram a coragem de votar a favor das eleições diretas. Mesmo os que preferiram se omitir, abstendo-se ou faltando à votação, foram lembrados na cerimônia que ocorreu onde hoje é o Auditório Freitas Nobre, no térreo da sede do Parlamento municipal.

A reportagem *O Começo do Fim* destaca o papel da Câmara nesse importante episódio da história do Brasil, narrando de forma detalhada os episódios mencionados acima.

Em clima de Copa do Mundo, outra reportagem desta edição conta a história de três jogadores profissionais de futebol que, contando com o apoio popular e o voto direto, elegeram-se vereadores desta Casa. Zé Maria, o pioneiro de chuteiras no Parlamento municipal, Biro-Biro e Ademir da Guia deixaram os gramados e arriscaram-se na política. O resultado dessa troca de campo está contado em *Políticos de Chuteiras*.

Nesta edição, também são destacados três assuntos que vêm sendo discutidos intensamente pelos vereadores paulistanos. Graças a leis e projetos de iniciativa dos membros desta Casa, um dos grandes problemas relacionados à educação de crianças e jovens vem sendo combatido: o bullying.

Em outra matéria, aborda-se as políticas e ações municipais voltadas aos moradores em situação de rua no Município. Por fim, uma reportagem sobre telhados e fachadas verdes, principalmente em edifícios. Essa tendência mundial vem se mostrando grande aliada no combate a problemas importantes de grandes metrópoles como São Paulo, como má qualidade do ar, aquecimento, enchentes e poluição visual e acústica.

Uma ótima leitura a todos!



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **Premiação**
Sempre alerta

10 **Urbanismo**
Prédios vivos

15 **Educação**
Ataque ao bullying

20 **Direitos humanos**
Histórias na sarjeta

27 **Ano de Copa**
Políticos de chuteiras

35 **História**
O começo do fim

41 **Entrevista**
Conspiração e resistência

O MyFunCity está disponível para smartphones e desktops



Fábio Lazzari/CMSP

Aplicativo permite avaliar a Câmara

Desde abril, uma parceria entre a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e o aplicativo MyFunCity/UOL permite que os cidadãos façam avaliação online da atuação dos mandatos dos vereadores paulistanos.

“Esse é mais um dos esforços que a Câmara tem feito para chegar até o cidadão”, declarou o presidente da Casa, José Américo, ao portal da instituição. A opinião de Américo foi reforçada pelo presidente do MyFunCity, Mauro Motoryn: “Essa parceria mostra a visão

de dar vez e voz ao cidadão, possibilitando uma gestão mais eficiente”.

Além de opinar sobre o trabalho do Legislativo, os usuários do aplicativo também podem se posicionar sobre a atuação do Executivo e sobre a cidade em geral, sob aspectos como transporte, saúde e educação. Podem, ainda, acessar notícias e participar de debates com outros usuários.

O MyFunCity é gratuito e está disponível para desktops (myfuncity.uol.com.br) ou smartphones com sistemas Android e iOS.

Nova programação da Web Rádio

Em maio, a Web Rádio Câmara São Paulo completou três anos de operação e, para celebrar, passou a transmitir 11 horas diárias de informação, das 9h às 20h.

Com a mudança, as reportagens gravadas em *podcasts* (arquivos de áudio), dão lugar a programas especiais e apresentados ao vivo (como o *Web Jornal Rádio Câmara*), prestação de serviços, transmissão das sessões plenárias e manifestações culturais e artísticas.

Para ouvir a Web Rádio Câmara São Paulo, acesse o portal www.camara.sp.gov.br e clique no ícone da rádio.

Estágio bem conceituado

A CMSP ganhou, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio “As melhores empresas para estagiar”, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seccional São Paulo (ABRH-SP) e a consultoria Toledo & Associados.

A Câmara ficou em segundo lugar no ranking da categoria empresas públicas com mais de 60 estagiários, atrás da Prefeitura de Olímpia e à frente da Prefeitura de Palmital. No ano passado, a CMSP obteve a mesma classificação na categoria.

O prêmio, que está em sua oitava edição, avaliou organizações do Estado de São Paulo com base na opinião de cerca de 5 mil estagiários, contabilizadas em pesquisa feita pelo Ibope.



Fábio Lazzari/CMSP

Sala de maquiagem foi reformada

Melhorias na TV Câmara

Com a mudança para o padrão digital, a TV Câmara São Paulo vem fazendo investimentos para aproveitar ao máximo a melhoria na qualidade de imagem. Um deles é a reforma e ampliação da sala de maquiagem, espaço utilizado desde 1998 pela equipe de reportagem e pelos entrevistados nos programas da emissora, como vereadores e especialistas. A sala recebeu, ainda, um anexo para a acomodação de figurinos.

Aprovado projeto sobre transporte hidroviário municipal

A Câmara Municipal aprovou em 13 de maio, em segunda votação, o Projeto de Lei 54/2013, que cria o transporte público hidroviário na cidade de São Paulo. A proposta é do vereador Ricardo Nunes (PMDB) e segue para sanção do Executivo.

O projeto tem o objetivo de melhorar o deslocamento e ampliar a oferta de transporte, atendendo, em especial, às pessoas que vivem nos bairros periféricos. A proposta estimula o uso dos rios e represas para transportar passageiros, fazendo integração com as estações do metrô e da CPTM e com terminais de ônibus.

A ideia é que as embarcações demorem, em média, de 20 a 30 minutos para levar moradores do extremo sul de São Paulo a seus locais de trabalho.



João Batista analisou o jornalismo e o cinema

Fábio Lazzari/CMSP

Saudades da grande reportagem

Em evento ocorrido na Câmara Municipal, o cineasta João Batista de Andrade, diretor do filme *O Homem que Virou Suco*, lamentou a qualidade do jornalismo atual. “Há muita opinião e pouca informação, sinto falta das grandes reportagens”, disse ele, para uma plateia de alunos, profissionais e interessados no tema comunicação.

Na década de 1970, João Batista dirigiu documentários para o *Globo Repórter*. Ele esteve na CMSP em 14 de maio, no Ciclo de Debates em Comunicação, para falar sobre jornalismo e cinema. Durante a palestra, foi exibido seu filme *Liberdade de Imprensa*, que mostra a situação da mídia brasileira nos anos 60. Em 1968, o filme foi apreendido pelo Exército no Congresso da UNE, em Ibiúna, e ficou proibido durante anos.

CMSP restitui mandato de Antonio Donoso Vidal



Mozart Gomes/CMSP

O neto (esq.) e a filha do ex-vereador Vidal (no destaque) receberam o diploma do presidente da CMSP

Em 9 de maio, houve a cerimônia de restituição simbólica do mandato de Antonio Donoso Vidal, vereador paulistano eleito em 1946 que não pôde exercer a atividade devido a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cassou o registro da candidatura de todos os concorrentes pelo Partido Social Trabalhista (PST).

Vidal faleceu em 1987 e sua filha, Sonia Donoso de Barros, recebeu o diploma das mãos do presidente José Américo. O neto de Vidal, Renato de Barros, e a cunhada do ex-vereador, Emília Donoso, também estiveram na cerimônia que ocorreu na Sala da Presidência.

No ano passado, 42 vereadores, cassados entre 1937 e 1969 por decisões arbitrárias, tiveram seus mandatos devolvidos simbolicamente por iniciativa da Câmara paulistana.



Arquivo pessoal



CIVISMO • Escoteiros perfilados em respeito às bandeiras

Sempre alerta

Prêmio Escotista Mário Covas Júnior prestigia quem faz o bem

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Lenços coloridos, bandeiras, canções, palmas ritmadas, meninos e meninas uniformizados. Parecia um acampamento escoteiro em pleno Salão Nobre do Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Mas era a sessão solene de entrega do Prêmio Escotista Mário Covas Júnior de Ação Voluntária, concedido pelo Parlamento paulistano.

A criação da honraria, que ocorre anualmente, foi inspirada pela Lei Escoteira, que determina que seus integrantes estejam sempre alertas para ajudar o próximo e pratiquem pelo menos uma boa ação por dia.

“O dever do escoteiro é ser útil”, resumia o fundador do movimento, Robert Baden-Powell. Já o nome do prêmio vem do fato de o ex-governador Mário Covas, tanto no comando da Prefeitura quanto no do governo do Estado de São Paulo, ter permitido que os escoteiros usassem espaços públicos, como parques, para realizar suas atividades.

Para reconhecer tão importante trabalho, a CMSP criou o Prêmio Escotista Mário Covas Júnior, com o objetivo de homenagear pessoas ou instituições que se destacam na prática de ações voluntárias em prol



MOCIDADE
Trabalhar com escoteiros rejuvenesce, garante o vereador Gilson Barreto, idealizador da premiação

da infância e da juventude, no desenvolvimento de iniciativas para estimular ações de educação e no incentivo ao movimento escoteiro. Os homenageados são indicados pela Comissão Municipal de Movimento Escoteiro Bandeirante (Comeb) e ratificados pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara.

Segundo o vereador Gilson Barreto (PSDB), diretor da União dos Escoteiros do Brasil e autor da Resolução 2/2003, que instituiu o prêmio, a finalidade principal da homenagem é preservar o civismo promovido pelo escotismo. “As atividades de pessoas de boa vontade contribuem para um Brasil melhor, e é por isso que o Parlamento municipal faz questão de lembrar e incentivar pessoas que exercitam a responsabilidade social”, afirmou.

Neste ano, a entrega do prêmio foi realizada em 23 de abril, Dia do Escoteiro e Dia de São Jorge, que

também é padroeiro do movimento. Nesta edição, três instituições e cinco homenageados receberam o prêmio (veja box ao lado).

O vereador Mario Covas Neto (PSDB), filho do político que dá nome ao prêmio, compareceu à Sessão Solene. “Essa homenagem a meu pai me enche de orgulho e de alegria”, declarou. “Todas essas ações de pessoas e entidades que têm o propósito de fazer o bem são super bem-vindas.”

Além de Barreto e Covas Neto, esteve na sessão solene o vereador Coronel Telhada (PSDB), que foi lobinho (escoteiro de até 10 anos de idade). Ele elogiou o espírito de civismo dos escoteiros. “Nós temos de amar nossa Pátria não só em dia de Copa do Mundo”, afirmou.

O coronel José Maurício Weishaupt Perez, comandante da Academia do Barro Branco, onde se formam os oficiais da Polícia Militar de São Paulo, representou a instituição. Ele destacou a união familiar que o movimento escoteiro propicia.

HOMENAGEM
O vereador Mario Covas Neto se orgulha de o prêmio ter o nome do pai



HOMENAGEADOS 2014

- TROFÉU ESCOTISTA MÁRIO COVAS JÚNIOR DE AÇÃO VOLUNTÁRIA**
 - ✿ Associação Cristã de Moços (ACM)
 - ✿ Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)
 - ✿ Academia de Polícia Militar do Barro Branco
- MEDALHA ESCOTISTA MÁRIO COVAS JÚNIOR DE AÇÃO VOLUNTÁRIA**
 - ✿ Achyles José Theophanes Santos
 - ✿ Wilson Antonio Rodrigues
 - ✿ Almir Romão Dias Júnior
- SALVA DE PRATA**
 - ✿ Jovem escoteiro Rafael Aguietas Veronezi
 - ✿ Jovem escoteira Taynara Candido da Silva

“Hoje, quando os jovens estão interessados em games e redes sociais, verificar a participação da família no movimento é muito gratificante para nós, que também trabalhamos na formação do jovem.”

O escoteiro Rafael Aguietas Veronezi, de 18 anos, foi premiado pelo trabalho que ele e seu grupo, o Aruak, fazem com os moradores de rua. “A gente sai nas ruas entregando roupas, comida; a gente conversa, abraça, brinca, pois a maior necessidade deles é o apoio”, explicou, com um sorriso de satisfação pelo dever cumprido.

Prédios vivos

Uso de vegetação em telhados é uma tendência que promete gerar economia e bem-estar

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Em trinta anos, as edificações paulistanas espelharão um misto de arquitetura e tecnologia voltada à produção de energia, alimentos, cuidado com a água consumida ali e o clima ao seu redor, prevê Paulo Pellegrino, professor doutor na Universidade de São Paulo (USP) e idealizador do LabVerde, que estuda estruturas paisagísticas associadas às edificações. “Os prédios serão quase ciborgues, terão praticamente uma pele viva”, vislumbra o também arquiteto, urbanista e paisagista.

Um dos pilares da chamada bioarquitetura é o telhado verde, cobertura vegetal que substitui desde telhas até as camadas impermeabilizantes nas lajes de concreto. Seu uso já é disseminado em países como Alemanha, Estados Unidos, Holanda e Suíça. A cidade norte-americana de Seattle é uma das pioneiras. Intensos, seus verões e invernos são amenizados pelos tetos ecológicos, que proporcionam menor oscilação de temperatura. A camada de vegetação torna o ambiente abaixo dela menos dependente de aquecedor ou ar-condicionado.

Nas épocas quentes, o resfriamento e a umidificação gerados pela vegetação também suavizam as ilhas de calor nos grandes centros urbanos – consequência da grande impermeabilização do solo. Em uma cidade como São Paulo, outro benefício é reter a chuva nos



CENTRAL
Prédio da Prefeitura de São Paulo (abaixo), no centro, e o seu famoso telhado verde (no detalhe)



15 minutos iniciais, até que ela comece a escoar pelos bueiros, o que diminui o risco de enchente. Boa parte dos telhados verdes devolve pouca água às ruas, já que ela é estocada em reservatórios para uso na limpeza do prédio ou na irrigação das plantas.

Consultor técnico em Arquitetura da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), Carlos Minoru Morinaga diz que se a cidade tivesse um corredor de tetos verdes, interligando as matas localizadas ao redor do Município, mais espécies de aves voariam pelos prédios. “O telhado pode criar paisagens urbanas que simulam funções ecológicas e hidrológicas dos ambientes naturais e permitem que

Projetos sobre telhados e fachadas verdes em tramitação na CMSP

622/2008 - Dá desconto de 15% no valor do IPTU dos imóveis com telhado verde. Autor: vereador Natalini (PV).

115/2009 - Obriga novos condomínios com mais de três unidades verticais a terem telhados verdes. Autora: vereadora Sandra Tadeu (Democratas).

282/2011 - Determina a priorização de telhados verdes na construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Autor: vereador Aurélio Miguel (PR).

47/2013 - Dá desconto de até 10% do IPTU a imóveis que mantenham permeáveis pelo menos 30% de sua área total, utilizando o telhado verde e outras soluções. Autor: vereador Eduardo Tuma (PSDB).

388/2013 - Dá desconto de até 25% no IPTU aos edifícios com mais de quatro pavimentos que adotem vegetação perene em parte ou totalidade de sua fachada. Autores: vereadores Alfredinho (PT) e Pr. Edemilson Chaves (PP).

62/2014 - Estabelece que o Executivo divulgará as vantagens de revestir a área externa de telhados, paredes, pisos e lajes com cor clara, cobertura verde e placas captadoras de energia solar. Poderá haver gratificações, por vias como a dedução do IPTU. Autor: vereador Senival Moura (PT).



Mozart Gomes/USP

ECONOMIA
Vereadora Sandra Tadeu lembra que manutenção do telhado verde é mais barata

animais transitem de uma massa verde a outra”, comenta Morinaga.

Mesmo longe desse cenário ideal, as pequenas manchas verdes das lajes paulistanas já servem como pontos de descanso para as aves e também podem recriar habitats. O importante é usar vegetação nativa e criar ciclos em que um animal se alimente de outro, para evitar pragas. Na capital paulista, o telhado verde mais famoso é o da Prefeitura, construído há 45 anos, com árvores de grande porte em 487 metros quadrados. Desde então, poucos edifícios aderiram ao conceito na metrópole.

CULTURA

Uma cobertura ecológica pode custar menos do que a convencional e ainda protege a laje contra chuva, vento e oscilações térmicas. Sua estrutura tem vida útil equivalente à do prédio e não requer reforma. As vegetações mais elaboradas demandam manutenção como a poda e irrigação, que pode ser automati-

zada. Mas, se a ideia não é transformar o telhado em área de lazer, não são necessários tantos cuidados.

O peso também não é problema, porque novas tecnologias têm deixado cada vez mais leves o substrato (solo preparado) e os sistemas de impermeabilização e drenagem. Com isso, até a maioria das edificações já existentes podem adaptar-se a um telhado verde, desde que tenham a supervisão de profissionais experientes.

O que falta, então, para os edifícios aderirem às coberturas ecológicas? Segundo especialistas, é necessário mudar a cultura do brasileiro. “São Paulo precisa ter um incentivo do Poder Público, como já ocorre no exterior, para as pessoas se sentirem tentadas a adaptar, porque

esses prédios serão menos danosos ao ambiente urbano, consumirão menos energia, trarão uma série de elementos positivos para a cidade”, opina Pellegrino. “Ainda há um longo caminho a ser percorrido para a implantação deste tipo de cobertura, demandando, principalmente do Poder Público, a promoção de incentivos”, concorda Humberto Catuzzo, autor da tese *Telhado Verde: Impacto Positivo na Temperatura e Umidade do Ar. O Caso da Cidade de São Paulo*, defendida em 2013 na USP.



Sosil Palma/CCSP

DEMOCRÁTICO
Área verde suspensa do Centro Cultural São Paulo tem horta para cultivo e colheita coletivos



Carlos Henri/CCSP

Edifícios Ecológicos

Componentes do telhado verde

Camada de proteção contra a chuva e erosão

Substrato*

Camada de filtragem

Camada de drenagem

Proteção contra raízes

Laje impermeabilizada



Benefícios de telhados e paredes verdes

- Recriam o habitat natural de animais e plantas
- Retêm a água da chuva ou retardam sua descida
- Umidificam e refrescam as ilhas de calor
- Reduzem a poluição do ar
- Melhoram a paisagem e a qualidade de vida
- Diminuem a amplitude térmica
- Aumentam a vida útil da superfície de concreto
- Geram economia, reduzindo o uso de ar-condicionado e aquecedor
- Reduzem os níveis de ruído

*Altura mínima de 0,5 metro para sistemas de vegetação complexos e de 10 cm para vegetação simples
Fontes: PL 115/2009, Igra e urbanista Paulo Pellegrino

Alguns projetos de lei (PLs) em tramitação na CMSP atendem a essa demanda (veja box na pág. 11). O PL 115/2009, da vereadora Sandra Tadeu (Democratas), obriga novos condomínios com mais de três unidades verticais a terem telhados verdes. “Queremos aprovar um substitutivo, com a anuência do Executivo, que adicione algum incentivo, como o abate no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)”, comenta a parlamentar. Sandra Tadeu defende que o telhado verde pode aprimorar o aspecto urbano e o microclima, com a transformação do dióxido de carbono em oxigênio pela fotossíntese.

O PL 282/2011, do vereador Aurélio Miguel (PR), determina a priorização de telhados verdes na construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). O vereador conta que, quando era atleta, verificou em suas viagens internacionais que as praças esportivas e outros imóveis dedicados ao serviço público adotam o telhado verde há décadas. Para ele, o Poder Público deve servir de exemplo na busca por melhores condições ambientais. “Os CEUs são uma obra pública de grande visibilidade pela população. Ao garantir que essas iniciativas



CORES
Com estímulo a paredes verdes, vereador Pr. Edemilson Chaves quer colorir a cidade


exibam em si soluções modernas e ecológicas, contribui-se para que essas ideias ganhem corpo e se disseminem pela sociedade”, afirma.

Juntos, os vereadores Alfredoinho (PT) e Pr. Edemilson Chaves (PP) assinam o PL 388/2013, que prevê desconto no IPTU a edifícios com mais de quatro pavimentos que adotem vegetação perene em parte ou totalidade de sua fachada. As paredes ecológicas têm várias vantagens em comum com os telhados



VITRINE
Para o vereador Aurélio Miguel, prédios públicos devem dar o exemplo

verdes, mas podem ser até mais eficientes em quesitos como isolamento acústico, devido à posição entre o edifício e a rua. Chaves acredita que sua proposta tornaria o ar de São Paulo mais puro e a cidade ficaria mais colorida. Ele explica que o incentivo previsto em seu projeto é apenas um “artifício de atração” para que o cidadão se engaje em uma mudança de atitude.

Na parede ou no teto, as coberturas verdes trazem a esperança de transformar as estruturas construídas nas cidades em uma superfície ecologicamente sustentável, destinada ao controle climático e das espécies animais. 

SAIBA MAIS

Site

Associação Internacional do Telhado Verde - www.igra-world.com

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

 /RevistaApartes  @RevistaApartes

Ataque ao bullying

Casos de violência são frequentes nas escolas e CMSP age para solucionar o problema

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br
Colaborou Bruna Cavallini

CONFISSÕES

Allans usava o diário para desabafar a tristeza que sentia com as ofensas

Allans Valério tinha 10 anos quando seus colegas de escola, no Jardim Mazza, passaram a chamá-la de “neguinha” e “feia”. “Eu ficava muito triste, chorava e reagia batendo nas outras crianças”, conta a jovem, que desabafava apenas com seu diário. Um dia, cansada da situação, disse para a mãe o que estava ocorrendo. A mãe, Shirley, ficou preocupada com a situação, mas garantiu-lhe que ela era uma menina linda e que iriam à escola falar com os professores. “Sempre disse à minha filha para sentir orgulho de ser negra”, afirma.

As ofensas diminuíram e, quando ocorriam, a jovem não batia nem respondia. “Comecei a conversar com as pessoas que me xingavam e elas viram que eu sou uma pessoa legal, fiquei até amiga de algumas”, lembra-se Allans. Atualmente com 14 anos, no 9º ano do ensino fundamental, ela sabe que é bonita e pretende fazer faculdade de gastronomia.

Já a história de Wellington Menezes de Oliveira é mais trágica. Ele passou praticamente toda a vida escolar sendo zoado pelos colegas por ser manco. Até que, em

Soluções e incentivos

No ano passado, a Escola do Parlamento da CMSP promoveu, em parceria com a empresa Basf e a Fundação Espaço Eco, o Ciclo de Debates Edifícios Sustentáveis. O evento discutiu soluções de arquitetura paisagística para aplicação nos telhados. Abordou, também, os possíveis incentivos fiscais para a construção e manutenção de prédios sustentáveis, entre outras medidas para transformar os edifícios paulistanos em locais mais econômicos, recreativos e arborizados. Os temas debatidos serão publicados em livro neste ano.



PAZ • Após diálogo com agressores, Allanys parou de sofrer bullying

abril de 2011, com 23 anos, quando não era mais aluno, entrou em uma escola do Realengo, bairro do Rio de Janeiro, e matou 12 estudantes, feriu outros 12 e se suicidou.

Wellington e Allanys são dois casos bem diferentes de um fenômeno comum nas escolas do mundo todo: o bullying. Não existe uma tradução perfeita para essa palavra da língua inglesa, que pode significar “agressão” e “intimidação”. O termo vem de *bully* (“valentão”), que por sua vez se origina de *bull* (touro).

No Brasil, bullying é definido como uma agressão, física ou psicológica, contra alguém, de maneira repetida ao longo do tempo. Insultar, zoar, botar apelidos e espalhar boatos são formas de bullying.

Entretanto, a pedagoga Cleo Fante e o psicólogo José Augusto Pedra, no livro *Bullying Escolar – Perguntas e Respostas*, explicam que essa violência “é diferente de uma brincadeira inocente, sem intenção

de ferir; não se trata de um ato de violência pontual, de troca de ofensas no calor de uma discussão, mas de atitudes hostis, que violam o direito à integridade física e psicológica e à dignidade humana”. Geralmente, o bullying é praticado por um grupo contra uma pessoa.

A palavra é inglesa, mas esse tipo de violência está bem presente no País. Em cada cinco adolescentes brasileiros, um pratica bullying, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (Pense) 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na cidade de São Paulo, a situação é pior: um em cada quatro alunos já praticou bullying (veja infográfico na página ao lado).

AÇÕES

Em um esforço para diminuir os casos de bullying e amenizar o sofrimento das vítimas, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) já aprovou algumas leis sobre essa

questão e analisa diversos projetos sobre o tema. O Parlamento paulistano foi o primeiro do País a lutar contra essa violência. A Lei 14.957/2009, apresentada pelo então vereador Gabriel Chalita (na época, no PSDB), determina a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying no projeto pedagógico das escolas públicas de educação básica.

Desde 2011, 24 de setembro tornou-se o Dia de Combate ao Bullying na cidade. O vereador Donato (PT), que propôs a Lei 15.445/2011, conta que foi procurado por um grupo de mães preocupadas com o problema que afligia suas comunidades. Segundo ele, a data foi escolhida pela proximidade com o início da primavera, que começa um dia antes. Para elas, a estação significa renascimento, algo que ocorre quando um estudante consegue superar o bullying.

Um ano depois, a CMSP aprovou a Lei 15.535/2012, apresentada pelos vereadores Atilio Francisco



OFICIAL • Procurado por algumas mães em 2011, vereador Donato propôs o Dia de Combate ao Bullying

FORMAS DE AGRESSÃO

É bullying

- Caluniar
- Ameaçar
- Depreciar
- Perseguir
- Desprezar
- Chantagear
- Discriminar
- Amedrontar
- Atacar fisicamente
- Instigar a violência
- Pegar objetos dos outros
- Provocar a exclusão social
- Danificar objetos das vítimas

O agressor

- Põe apelidos
- Goza de popularidade
- Não se rege por normas
- Ri de modo desdenhoso
- Não reconhece autoridades
- Tem temperamento impulsivo
- Mostra pouco interesse pelos estudos

A vítima

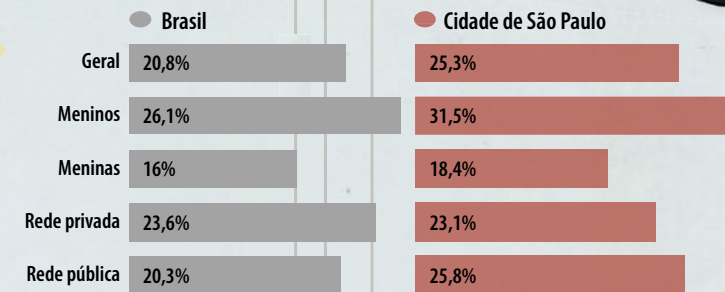
- Sofre ferimentos
- É tímida e insegura
- Procura o isolamento
- Tem seus pertences danificados
- Muda de humor com frequência
- Inventa desculpas para não ir à escola
- Apresenta desleixo nas tarefas escolares
- Sente tontura, dores de cabeça e de estômago



Envolvidos

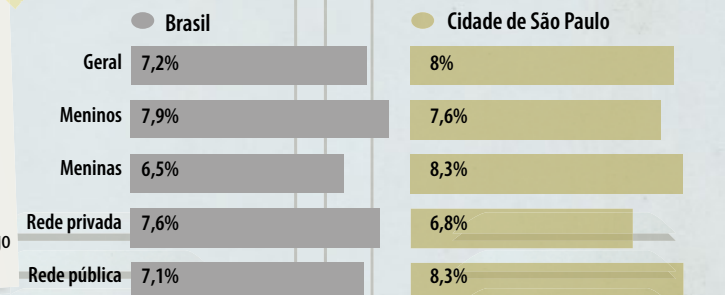
(em %)

Entre os estudantes, já praticaram bullying



Na cidade de São Paulo, 1 em cada 4 alunos já praticou bullying

Já sofreram bullying



Na capital paulista, são as meninas que mais sofrem com bullying

Fontes:

- IBGE

- Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar para a Paz

- www.larepublica.pe

(PRB) e Souza Santos (PSD), estabelecendo a Semana Juntos contra o Bullying, realizada anualmente na última semana de setembro. Nesses dias ocorrem palestras e seminários para prevenir o bullying. Segundo a justificativa do projeto, essas atividades vão permitir “o desenvolvimento de ações de solidariedade e o resgate de valores de cidadania, tolerância e respeito mútuos entre alunos, docentes e população em geral”.

Duas leis aprovadas na CMSP, já sancionadas pelo prefeito Fernando Haddad (PT), tratam da questão. A 15.719/2013, cujo projeto é do vereador Goulart (PSD), determina que a rede municipal de ensino ofereça assistência psicopedagógica com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem, tendo como enfoque o aluno e as instituições do ensino. A medida visa amparar tanto vítima quanto agressor, pois ambos podem ter dificuldades para aprender.

A Lei 15.960/2014, proposta pelo vereador Ota (PROS), institui o Serviço de Assistência Psicológica

AJUDA

Projeto do vereador Ota garante assistência psicológica aos alunos



Mozart Gomes/CMSP

ca ao Estudante da rede municipal, com o objetivo de prevenir e tratar os distúrbios psicológicos que possam comprometer o desempenho escolar e bem-estar dos alunos e da sociedade. A lei ressalta que tais distúrbios compreendem, em especial, sintomas e ações que apontem tendências à prática de atos violentos, pelos alunos, e indiquem a necessidade de uma assistência profissional preventiva.

Ota conta que teve a ideia de fazer a lei para prevenir o bullying antes mesmo de ser vereador. Ele estava prestes a ministrar uma palestra em uma escola da periferia quando a diretora avisou que o valentão da



Ricardo Rocha/CMSP

GESTÃO DEMOCRÁTICA
Vespoli: com mais poder para o Conselho de Escola, comunidade fica fortalecida

Nome de consenso

A partir de fevereiro deste ano, qualquer projeto que denomine ou altere nomes de estabelecimentos do ensino público municipal deverá, obrigatoriamente, apresentar instrumento que comprove o apoio da maioria absoluta dos membros do Conselho de Escola da respectiva unidade escolar. A determinação consta na Lei 15.975/2014, aprovada na CMSP.

A obrigatoriedade foi proposta pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da CMSP em 14 de agosto de 2013. Na época, faziam parte da Comissão e subscreveram o projeto os vereadores Floriano Pesaro (PSDB), Edir Sales (PSD), Ota (PROS), Reis (PT), Jean Madeira (PRB),

Toninho Vespoli (PSOL) e o ex-vereador Orlando Silva (PCdoB).

A justificativa ressalta que medidas como essa “valorizam a comunidade local, auxiliando-a a galgar passos em direção à autonomia e independência dos envolvidos e impedem que os projetos de nomeação sejam usados indiscriminadamente para fazer política”.

Vespoli, um dos defensores da proposta, explica que dar mais esse poder ao Conselho Escolar é ampliar a gestão democrática, um dos pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases: “Está provado que a escola melhora quando consegue trazer a comunidade para discutir educação com os professores”.



Marcelle

AMEAÇA • Cyberbullying é mais perigoso por ter um alcance maior e mais rápido

turma, que tinha quebrado uma vidraça à pedrada poucos dias antes, fazia aniversário naquele dia. Ota, então, resolveu fazer uma surpresa e mandou comprar um bolo. Durante a palestra, Ota puxou o coro do *Parabéns-para-você* e o bolo chegou. “Ele veio falar comigo, emocionado, dizendo que nunca tinha tido uma festa de aniversário”, lembra-se o vereador. Segundo ele, a criança deixou o comportamento violento. “Naquele dia eu prometi a mim mesmo que se eu me tornasse político faria um projeto para cuidar das crianças e evitar a violência nas escolas.”

O vereador Conte Lopes (PTB), por meio do Projeto de Lei (PL) 813/2013, defende a criação do Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção da Violência e do Bullying. Um dos objetivos desse programa é criar grupos de trabalho para desenvolver ações educativas e de valorização da vida. Essas equipes seriam formadas por professores, funcionários



Ricardo Rocha/CMSP

INTERNET
Projeto de Marta Costa pretende conscientizar, prevenir e combater forma digital de bullying


das escolas, pais, alunos, membros da comunidade, especialistas em educação e em segurança, além de representantes das Polícias Militar e Civil e da Guarda Civil Municipal. “A violência das ruas chegou à escola e, como atuo muito na questão de

segurança, sei que é melhor prevenir do que remediar”, afirma Lopes.

AGRESSÕES VIRTUAIS

Com os avanços tecnológicos, surgiu uma forma ainda mais perigosa de bullying: o cyberbullying. Ele se caracteriza pela distribuição, via internet, de imagens, textos ou vídeos ofensivos. É mais perigoso porque a agressão pode surgir a qualquer momento e em qualquer lugar, até anonimamente, e pode ser compartilhada com muita gente. A vítima fica exposta o tempo todo, mesmo estando em casa.



Os vereadores Marta Costa (PSD) e Floriano Pesaro (PSDB) apresentaram o PL 601/2011, para que as ações de conscientização, prevenção e combate ao bullying incluam também a forma digital da violência. “Esse tormento permanente que a internet provoca faz com que a criança e o adolescente humilhados não se sintam mais seguros em lugar algum, em momento algum”, alertam os parlamentares na justificativa do projeto.

Com as medidas e ações preventivas propostas pelos vereadores, aumentam as chances de haver mais casos de superação, como o de Alannys, e diminuem os riscos de tragédias, como a de Wellington. 

SAIBA MAIS

Livro
Bullying Escolar: Perguntas e Respostas. Cleo Fante e José Augusto Pedra. Artmed, 2008.

Site
www.chegadebullying.com.br

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA
E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
 /RevistaApartes  @RevistaApartes



BARRACAS
Abrigos improvisados
sob viaduto na região do
Glicério, em São Paulo

Histórias na sarjeta

Leis e projetos municipais preveem atendimento digno e reinserção social da população de rua

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou Sândor Vasconcelos

No ano passado, o paulistano Lucas (nome fictício), de 42 anos, ia de bicicleta para o trabalho, na Vila Guilherme, quando foi atropelado por uma lotação. Ao chegar à empresa, a chefe mandou que ele fosse a um hospital fazer curativos, já que seu rosto estava muito machucado. No dia seguinte, soube por telefone que estava demitido.

Separado da mulher após 15 anos de casamento e sem contato com os dois filhos, Lucas morava sozinho. Com o desemprego, começou a dever os alugueis. Teve também um desentendimento com a irmã e logo “uma depressão, um estresse, neurose”. Foi morar nas calçadas. “Enquanto isso não parar não volto para casa”, conta. Hoje, sobrevive de

doações e bicos, como entregas de gás ou de móveis. A cachaça e os amigos de rua também o ajudam a “segurar o refrão”, segundo ele diz.

Os serviços e programas paulistanos voltados a Lucas e a todas as pessoas em situação de rua são descritos e exigidos pela Lei 12.316/1997. O texto, da ex-vereadora Aldaíza Sposati (PT), obriga o Poder Público municipal a suprir as necessidades básicas e os direitos de cidadania dessa população, com garantia de “dignidade e não violência”.

A lei foi regulamentada pelo Decreto 40.232/2001, que instituiu a Política Municipal de Atendimento à População de Rua na cidade, sob a coordenação da Secretaria Municipal

“A rua é perigosa, é uma sala de aula”

Nascido há 46 anos em Palmeira dos Índios, Alagoas, Sandro mudou-se para Guaianases, na zona leste de São Paulo, há 20. Desde então, trabalhou tanto na varrição de rua quanto na reforma da Catedral da Sé. “São Paulo me deu emprego, casa, família, tudo. Eu que não soube aproveitar”. A culpa de Sandro deve-se ao alcoolismo, que o assombra desde os tempos em que vivia no Nordeste.

Casado e com quatro filhos, Sandro conseguia driblar o vício até que, há seis anos, sofreu um acidente de carro. Ficou seis meses de cadeira de rodas e desde então usa uma sonda para urinar. O trauma mudou sua vida. “Botei na cabeça que iria me cuidar, tirar a sonda e voltar pra casa. Não iria ficar lá doente, sem poder ajudar”. Decidiu viver nas ruas da região central paulistana enquanto

espera pela cirurgia que vai livrá-lo da incômoda sonda.

Sem trabalho, Sandro cuida de sua higiene pessoal no Espaço de Convivência Alcântara Machado, equipamento da Prefeitura voltado à população de rua, e vive de doações. Devido ao vício, não é aceito em albergues nem tem ânimo para participar de programas e bolsas do governo.

Sandro conta que há poucos dias teve de se esquivar de algumas facadas, por conta de R\$ 4. “Deus foi grande e ele não me matou”, diz. “A rua é perigosa, uma sala de aula. Tem traíra, traiçoeiro, gente má. Isso é o pior da rua.”

Há cerca de um ano sem qualquer contato com a família, planeja tirar a sonda, arrumar emprego e voltar para casa. “Se ela (a esposa) estiver com outro volto pra Palmeira dos Índios. Mas sentiria saudades de São Paulo, meu pensamento é ficar aqui.”

de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) e envolvimento de pelo menos 12 Secretarias. O documento traz regras detalhadas que devem ser seguidas, por exemplo, por albergues, como proibição de tratamento degradante, vexatório ou humilhante e exigência de alimentação bem acondicionada e supervisionada por nutricionistas, uso de roupas limpas de cama, toalhas de banho e travesseiros individualizados, chuveiros com água quente e espaços de acomodação limpos, seguros e confortáveis.

Entretanto, Carlos Weis, coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), diz que vários desses preceitos não são cumpridos. No atendimento aos moradores de rua são muitas as queixas sobre a precariedade de instalações em albergues. “Eles vêm reclamar das condições dos abrigos, que continuam muito ruins, com alimentação ruim, falta de higiene, chuveiro que não funciona”, relata. As reclamações costumam ser constatadas pessoalmente pelos defensores. Há, ainda, relatos de atritos entre os usuários e a direção dos abrigos, inclusive com expulsões de acolhidos sem justificativa. A Smads informa que vem realizando adequações técnicas e estruturais nos centros de acolhida, seguindo as recomendações da Defensoria Pública.

Para que fiquem claramente estipulados os direitos e os deveres da pessoa que utiliza o albergue, as formas de apuração das irregularidades, punições e direito a recorrer das decisões, Weis sugere manter a Lei 12.316, que “é muito boa”, mas recomenda uma emenda ou uma nova regulamentação que aborde a questão. A sugestão está em debate no Grupo de Trabalho (GT) Vulnerabilidade Social da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), articulado pelo mandato do vereador Ricardo Young (PPS).

ENDEREÇO

O Projeto de Lei (PL) 878/2013, do vereador David Soares (PSD), autoriza o Executivo municipal a criar o endereço



ESTÍMULO

Robson Mendonça, do movimento estadual, emprega bicicletas para população carente

social, no qual moradores de rua, migrantes ou imigrantes sem endereço residencial poderão receber notificações, cartas e contas. “Minha motivação para a proposta foi constatar que para as muitas pessoas sem um endereço domiciliar, por mais que tivessem uma qualificação, não era dada oportunidade de emprego ou mesmo a simples obtenção de documentos”, explica o parlamentar. Soares menciona também a possibilidade de retomar os contatos familiares.

“O governo oferece cursos bons, reconhecidos mundialmente, mas quando o empregador descobre que o candidato é morador de rua, não aceita”, relata Robson Mendonça, que já viveu nas ruas e hoje preside o Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo e com frequência organiza ou participa de eventos e interlocuções sobre o tema na CMSP.

A inserção do público-alvo nos programas de qualificação do Execu-

tivo é abordada pela Lei 15.913/2013, do ex-vereador Alessandro Guedes (PT). O texto, que aguarda regulamentação, cria um programa articulado entre quatro secretarias para fazer a inclusão prioritária da população de rua em habitações temporárias e definitivas, além de prover atendimento de saúde especializado.

Para caracterizar a população de rua, a Lei 15.913 usa a mesma definição dada pelo governo federal: grupo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O vereador Ricardo Young acredita que muitas empresas estão interessadas em empregar essa parcela desassistida da população, mas con-

corda que ainda existe discriminação: “Os impactos que a população de rua exerce no restante da cidade, às vezes gerando intolerância, deixa essas pessoas ainda mais vulneráveis”.

Para ajudar a romper o bloqueio social, o movimento liderado por Robson Mendonça faz a sua parte: empresta, aos atendidos, 2 bicicletas para transporte de turistas, outras 12 para irem ao trabalho ou realizarem entregas e 2 triciclos para o recolhimento de material reciclável, além de oferecer livros, gratuitamente, em 28 biclotecas – bibliotecas itinerantes.

REABILITAÇÃO

Para a professora doutora Maria Helena Rocha Antuniassi, diretora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru) da Universidade de São Paulo (USP), grande parte das pessoas está nas ruas por causa de drogas ou “tem droga na história de vida”. Ela coordenou em 2011 o estudo Ruptura, Desemprego e



INFORMAÇÃO

Para o vereador Ricardo Young, intolerância aumenta a vulnerabilidade das pessoas de rua

“Tenho medo de colocarem fogo em mim”

Vivendo desde 1976 em São Paulo, Mario nasceu bem longe daqui: em Guanajuato, no México. Hoje com 61 anos e separado há cinco da esposa, com quem tem dois filhos, acabou na rua, de onde tira o sustento recolhendo e vendendo recicláveis.

A rotina é pesada. Acorda por volta das 7h e trabalha até o cair da noite. Conta com a ajuda da atual companheira, com quem vive há dois anos. Sul-africana nascida em Pretória (capital administrativa), ela vive nas ruas brasileiras há três anos.

Após um dia cheio puxando a carroça, Mario diz que “arruma um troquinho”. “Às vezes recolho uns 200 quilos”, conta, e reclama que o preço caiu muito: “Hoje eu ganhei R\$ 50”.

Para esquecer a vida dura, ele diz beber um “golito”.

Por duas vezes, Mario tentou ficar em albergue, mas não se acostumou por conta dos horários rígidos: “Na rua há perigo, mas a gente fica mais livre”. E qual o maior perigo? “Não brigo com ninguém, mas tenho medo de colocarem fogo em mim. Em todo lugar tem safado.”

Para o futuro, a única certeza de Mario é que pretende sair das ruas. A companheira deve voltar para a África do Sul no fim do ano. “Ela vai e eu fico. Continuo trabalhando, consigo viver”. Os filhos vivem em Poá (região metropolitana de São Paulo) e os irmãos em Jalisco, no México. Voltaria para a terra natal? “Pretendo ir, mas só pra passear, se Deus quiser.”



SAÚDE
Vereador Jean Madeira, da Frente Parlamentar de Combate à Dependência Química: “Álcool inibe fome e frio”

Solidão: Relatos de Acolhidos nos Serviços de Assistência Social na Cidade de São Paulo, a pedido da Smads. Foram 382 entrevistados, que passavam parte do dia ou 24 horas em albergues paulistanos.

No estudo, a equipe do Ceru encontrou jovens que se revoltaram com a pobreza na família de origem, saíram de casa e encontraram o vício. Conversou, também, com mulheres que saem de casa ou expulsam o companheiro por violência, bebida ou falta de emprego: “Quando o marido é de idade, não tem mais a família de origem e perde a família constituída, fica sem chão e pode ir para as drogas”. Entre os ouvidos, 41% bebiam ou se drogavam todos os



CARTAS
Projeto do vereador David Soares cria endereço para moradores de rua receberem correspondências

dias. A maioria enfrenta a pobreza e conflitos na família.

A Frente Parlamentar de Saúde Mental e Combate à Dependência Química da CMSP, composta por vereadores, especialistas, acadêmicos e entidades, monitora propostas de lei e a execução de políticas públicas sobre prevenção e amparo – social e ambulatorial – a dependentes químicos ou com doença mental. “Cuidamos para que a droga não entre nos albergues. Muitos moradores de rua, inclusive crianças, não usam porque são dependentes, mas porque o álcool inibe a fome e o frio”, diz Jean Madeira (PRB). Também compõem o grupo os parlamentares Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Coronel

Telhada, Eduardo Tuma, Floriano Pesaro, Gilson Barreto, Mário Covas Neto e Patrícia Bezerra, todos do PSDB, além de Calvo (PMDB) e Paulo Frange (PTB).

A reabilitação das pessoas em situação de rua está prevista em dois projetos de lei que tramitam na Câmara. O PL 859/2007, dos vereadores Floriano Pesaro (PSDB) e Marta Costa (PSD) e da ex-vereadora Mara Gabrilli (PSDB), institui o Programa Equilíbrio, que dá diagnóstico e tratamento psicossocial a crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco social, em situação de rua ou em abrigos e Centros de Referência da Criança e do Adolescente. O objetivo é reintegrar as crianças e jovens às suas



CIDADANIA
Defensores públicos atendem pessoa em situação de rua em São Paulo

“Eles vivem o fracasso de forma exacerbada”

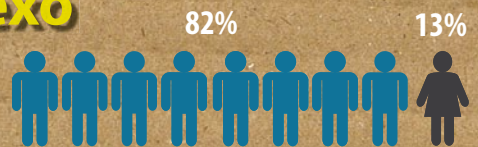
A formação em psiquiatria não foi suficiente para Flávio Falcone, de 34 anos. À ciência, ele adicionou a arte da dança e a dos palhaços para achar o riso no mundo das sombras e se aproximar dos que habitam as ruas paulistanas. “O palhaço mora no fracasso e é por isso que o público se identifica e alivia a própria desgraça ao rir da desgraça alheia”, explica Falcone, que visita principalmente o público da Cracolândia (na região central de São Paulo), a quem diverte e orienta sobre possíveis tratamentos. “Essa população vive, de forma muito exacerbada, o fracasso em diversos aspectos na vida: relações familiares, profissionais...”, conta o médico, que vê depressão em grande parte da sua plateia.

Por meio da arte, Flávio Falcone transformou diversos casos de “autoabandono”, com “um certo suicídio social”, em vontade de “viver de novo”. Agora, o psiquiatra elabora uma peça de teatro para prevenir o uso de drogas com o apoio de uma instituição que, com ele, participa do Grupo de Trabalho Vulnerabilidade Social da CMSP, articulado pelo mandato do vereador Ricardo Young e integrado por representantes de empresas e de entidades, artistas e pessoas em situação de rua. O grupo possibilita parcerias, debate políticas públicas, subsidia o Legislativo e monitora a ação do Executivo em relação a moradores de rua e dependentes químicos.



POPULAÇÃO DE RUA EM SP

Sexo

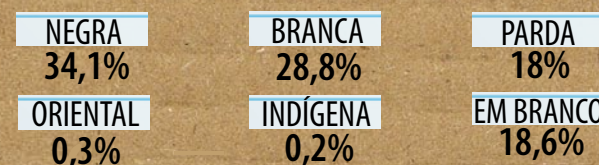


Sem informação: 5%

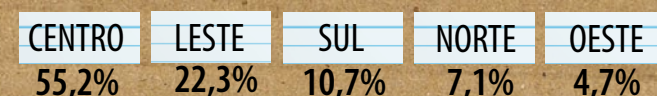
Grupo etário



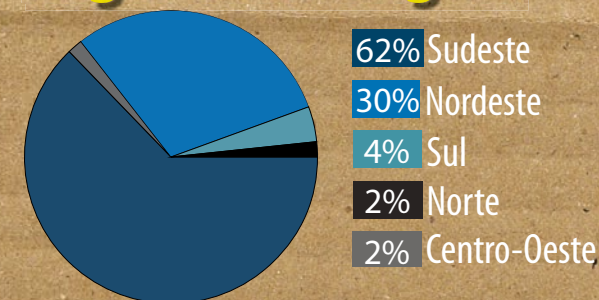
Cor



Onde vive



Regiões de origem



Fonte: Censo Smads/FESPSP 2011

famílias, assim como assegurar o retorno às atividades escolares e evitar o retorno às ruas. A ação envolve educadores, psicólogos e assistentes sociais, considerando também o papel dos familiares na recuperação e proteção dos atendidos pelo programa.

O PL 245/2009, do vereador Gilson Barreto (PSDB), cria o Centro de Reabilitação de Cidadania (Creca) em cada região da cidade para acolher os moradores de rua e dar atendimento psicológico e psiquiátrico, capacitação profissional, área para prática esportiva e horta comunitária. “O morador de rua permanecerá no Creca até que esteja apto à reintegração social”, diz a justificativa do projeto.

Um programa de educação ambiental e de proteção animal voltado a meninos e meninas de rua está previsto no PL 409/2005, do vereador Aurélio Nomura (PSDB). Outro projeto da Casa, o 350/1994, do vereador Arselino Tatto (PT), anula a Lei 11.623/1994, que prevê desocupação das áreas não utilizadas pela Prefeitura embaixo dos viadutos e pontes do Município, para outorga a entidades que explorem o estacionamento de veículos ou instalem suas obras sociais ou beneficentes.

Para chamar a atenção sobre a questão, os vereadores aprovaram o Dia Municipal da Cultura e Cidadania da População em Situação de Rua, celebrado em 21 de abril, criado pela Lei 15.823/2013, projeto do ex-vereador Chico Macena (PT). Está em tramitação na Casa o Projeto de Lei 113/2014, que cria a Semana de Conscientização sobre Pessoas em Situação de Rua, que abrange campanhas sobre os direitos dessa população, entre outros aspectos. O PL é do vereador Toninho Vespoli (PSOL).

SAIBA MAIS

Serviço

Atendimento jurídico à pessoa em situação de rua da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) e da Defensoria Pública da União na cidade de São Paulo (DPU-SP)

Rua Riachuelo, 268, às terças e quintas, das 8h às 12h

Site

Movimento Estadual da População em Situação de Rua www.bicicloteca.com.br

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

[f /RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes) [@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)



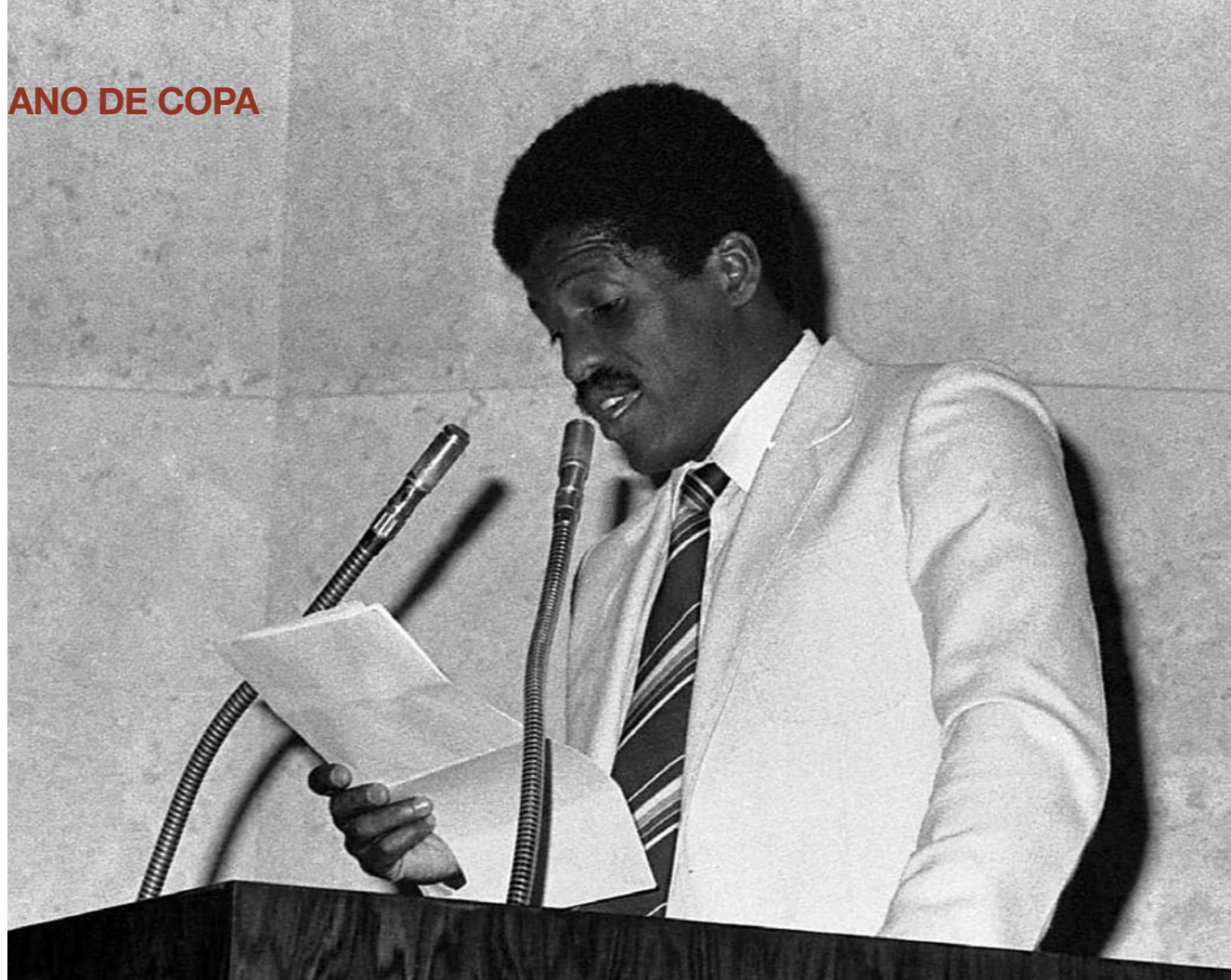
Políticos de chuteiras

Em tempo de Copa do Mundo, conheça as histórias de três jogadores que viraram vereadores

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Os três trocaram chuteiras e gramado por gravata e plenário. Todos dizem que começaram “sem querer querendo”, pensando mais em ajudar amigos do que no jogo. Um dos jogadores garante que teve boa atuação em campo, outro assume que foi perna-de-pau e um terceiro prefere dizer que o desempenho é da equipe. Dois deles participaram de apenas um campeonato (ou mandato) e depois abandonaram as partidas; um terceiro ainda tem planos de voltar a jogar.

O palmeirense Ademir da Guia e os corintianos Biro-Biro e Zé Maria são os três jogadores de futebol que conseguiram balançar a rede nas eleições para a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Zé Maria deu o pontapé inicial em 1983, ao iniciar o mandato de vereador pelo PMDB. Em seguida, veio Biro-Biro, que em 1989 entrou para o time do Palácio Anchieta, sede da Câmara, pelo PDS. Em 2005, foi a vez de Ademir da Guia, vestindo a camisa do PCdoB. Outros nomes ligados à bola também fizeram gol



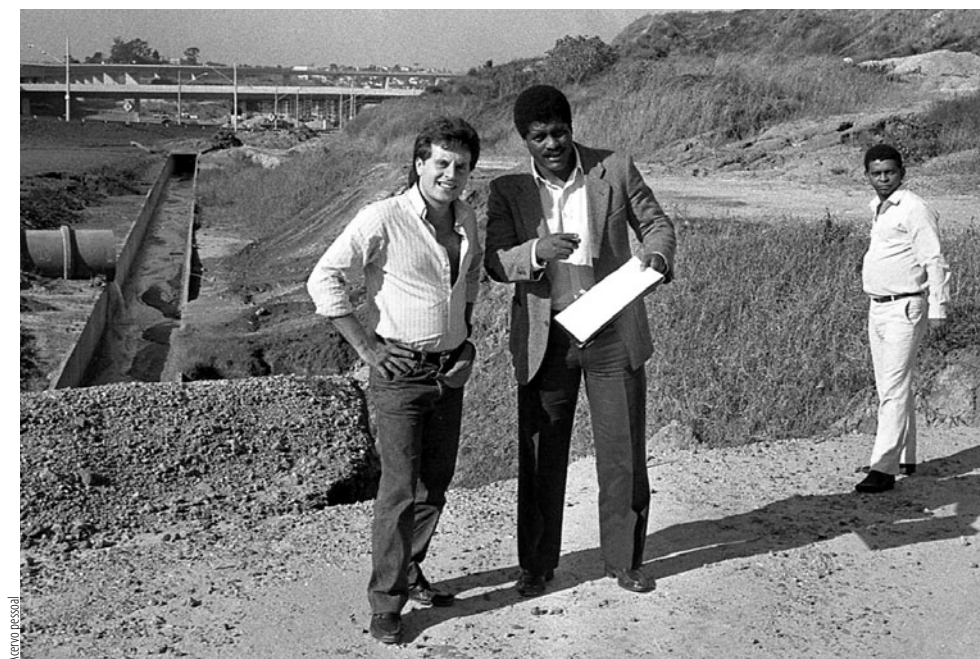
CAVALO DE AÇO • O corintiano fala na tribuna da CMSP, em 1984

nas urnas. Um dos pioneiros foi o massagista Mário Américo, que chegou à CMSP em 1979, usando como chamariz o poder das mãos que haviam tratado de Pelé, Garrincha e outros craques das seleções vitoriosas nas Copas de 1958, 1962 e 1970.

CAVALO DE AÇO

“Futebol e política andam juntos desde que me entendo por gente”, reconhece José Maria Rodrigues Alves, 65 anos. Ele lembra que seu pai, o funcionário público Durvalino Rodrigues Alves, era “uma das pessoas mais influentes” de Botucatu (SP), sua cidade natal, e também havia sido treinador de futebol. Na infância de Zé, políticos e jogadores se misturavam na sua casa.

ARENA • Zé no lançamento da pedra fundamental do futuro Itaquerão



Conhecido como Super Zé ou Cavalo de Aço, o lateral-direito jogou pela seleção brasileira nas Copas de 1970 e 1974, mas é lembrado principalmente pela atuação no Corinthians, com destaque para a participação na final histórica do Campeonato Paulista de 1977, quando o time pôs fim a uma fila de 23 anos sem título. As vitórias levaram Zé a se aproximar dos políticos. “Na Copa do Mundo, a gente conhecia senadores, deputados, presidente da República. Em 77, o governador Paulo Egydio Martins recebeu a gente no Palácio”, lembra.

Em 1982, um ano antes de deixar os gramados, foi convencido pelo então secretário estadual de Esportes, Flávio Adauto, a se lançar nas eleições a vereador para ajudar na candidatura do jornalista



1985 • Zé jogou com Rui Chapéu (de boina) quando o campeão da sinuca visitou a Associação dos Servidores da CMSP

ENTREVISTA \ Zé Maria

“Saí de cabeça erguida”

Você foi um bom vereador?

Dentro do que pude fazer, com certeza. Trabalhei muito. Fiz o trabalho que normalmente não aparece, junto à comunidade. Depois que saí, voltei a ter relacionamentos nos bairros onde fui e as pessoas diziam: “Você foi legal, precisamos de gente como você, simples, humilde, que atende a todo mundo”. Aprendi muito e saí de cabeça erguida.

Como vê o futebol hoje?

Hoje, é muito mais para o lado físico. Antigamente a técnica se sobrepunha. Tinha o Gerson, que dava lançamento não sei de onde; o Rivelino, que brincava; tinha o Dias, que era desse tamaninho... um Dias hoje não passava nem na seletiva, porque os caras não querem mais zagueiro pequeno. E

tem a exportação. Acho importante o jogador ir para fora, porque traz essa cultura de lá, mas perde um pouco da nossa essência.

Como lidou com o racismo no futebol?

Na minha época, era comum te chamarem de negro sujo, preto safado, mas eram os corneteiros que xingavam todo mundo. Você pegava aquilo e jogava dentro de campo. “Ah, é? Vocês vão ver o negrão como é que é”. Mexia com o brio. Hoje é um xingamento diferenciado, mais voltado para esse lado de racismo, que o cara leva para diminuir o jogador. Nunca senti isso na rua, com a família. Pelo contrário. Em Botucatu, tinha um clube que negrão não frequentava. Quando voltei da Copa, recebi homenagem do clube.

esportivo Caio Pompeu de Toledo a deputado estadual. “Entrei nessa para ajudar os amigos”, conta. A ideia é que, se fosse eleito, Zé iria para a Secretaria Municipal de Esportes, mas o plano não saiu como previsto. Eleito com 33.210 votos, Zé teve de permanecer os seis anos daquela legislatura como vereador.

Ou quase. No primeiro ano, o jogador, que ainda estava na ativa de forma amadora, pediu licença

do mandato e voou para os Estados Unidos, onde passou a fazer apresentações de *showball* (partidas amistosas com ex-jogadores consagrados). Após alguns meses, cansou-se das apresentações (“tinha que correr muito e eu já estava com certa idade”) e voltou para o Brasil, quando retomou a cadeira na CMSP.

Uma das jogadas do vereador Zé Maria acabaria garantindo, três décadas depois, a construção do está-



AUTOANÁLISE
“Política não tinha nada a ver comigo”, diz Biro-Biro



NO PLENÁRIO • O então vereador durante a Constituinte Municipal, em 1990

ENTREVISTA | Biro-Biro

“Na política, fui um perna-de-pau”

Na política, você foi um craque ou...

Eu fui um perna-de-pau. Teve coisas que tentei fazer, depois vi que não conseguia, porque briguei com meu partido. Os políticos não pensam no povo que está precisando, eles querem brigar. Tem projeto que sabe que vai ser bom, mas não vai votar porque é do PMDB, é do PT. Eu olhava a fundo se o projeto era bom e ia ajudar o povo. Se fosse bom, eu votava nele. Isso cria uma confusão dentro do partido. Se eu estivesse ainda na política, estaria trocando de partido para partido.

Como vê a situação do futebol hoje no Brasil?

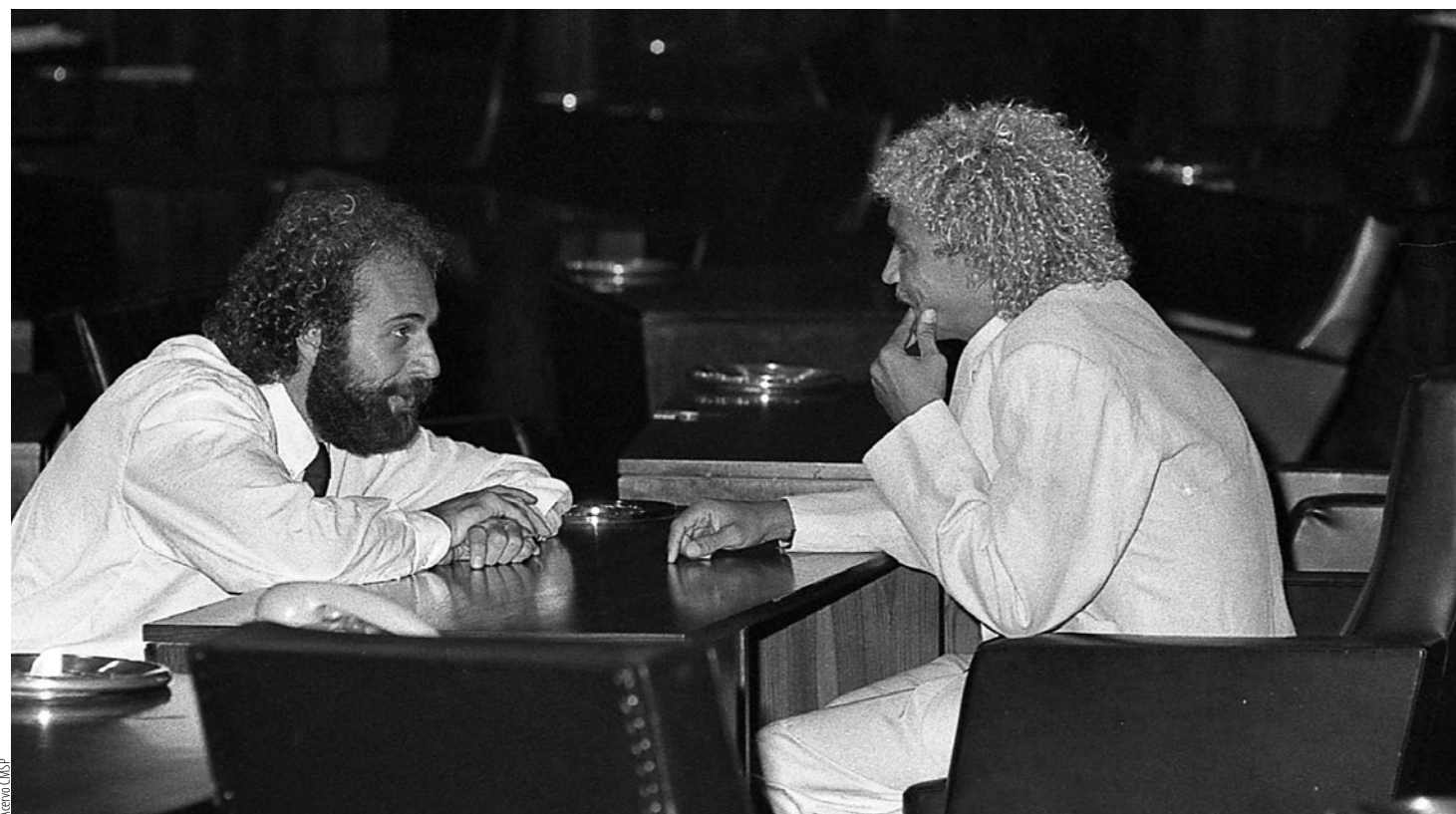
O futebol em si está fraco em relação ao de um tempo atrás. O futebol brasileiro depende muito de lançar alguns jogadores, e

quando lança eles vão embora, como foi com aquela rapaziada do Santos. O futebol deu uma caída em relação a craque e futebol bonito. A gente vê uns jogos truncados, feios, ganha de um a zero. Por incrível que pareça, lá fora está mais bonito do que o futebol brasileiro.

Falta liberdade na política e no futebol?

Acho que sim. Aquela liberdade de estar solto, seja no futebol e na política. Se tem um projeto que é bom, você vai votar contra porque é de outro partido? Sou contra essa mentalidade. Quem vai ganhar com isso é o povo. No futebol, quem vai ganhar é o torcedor. Se eu for até o meio, driblar, fizer gol, der chapéu, passar embaixo da perna, a torcida vai gostar. Mas hoje não tem mais a liberdade de fazer isso.

VEREADORES • Roberto Tripoli e Biro-Biro conversam no Plenário, em 1990



dio do Corinthians, o Itaquerão, palco da abertura da Copa do Mundo deste ano. Zé conta que o prefeito Jânio Quadros (que assumiu em 1986) havia tomado o terreno cedido ao Corinthians, e só aceitou devolvê-lo ao clube após um movimento que reuniu diversos vereadores corinthianos para pressionar Jânio. A decisão foi comemorada com o lançamento da pedra fundamental no terreno.

Ao terminar o mandato, Zé lançou-se candidato à reeleição, por insistência dos colegas, mas diz que quase não fez campanha e não se importou quando foi derrotado. “A política não entrou no meu sangue”, explica. O que entrou por suas veias é seu trabalho atual como assistente de direção da gerência de esportes na Fundação Casa (antiga Febem), onde trabalha há 14 anos tentando usar a bola para mudar o rumo de vidas.



NO JOGO • Ademir da Guia não pendurou as chuteiras na política

“O esporte deu vida para mim. Acho que o esporte é uma alavanca positiva para a sociedade”, diz.

CRAQUE PERNETA

Diante da bola, Antonio José da Silva Filho, o Biro-Biro, 55 anos, era polivalente. Volante de origem, atuou como meia e atacante, marcando mais de 70 gols pelo Corinthians nos dez anos em que jogou no clube, entre 1978 e 1988. Quando partiu para o time dos engravados, não mostrou a mesma habilidade. “Como vereador, fui um perna-de-pau”, confessa.

“Eu nem queria sair candidato. Política não tinha nada a ver comigo”, lembra Biro-Biro. Ainda assim, no ano em que chegou ao Parque São Jorge, uma brincadeira

mostrou que o nome do jogador podia faturar nas urnas. Numa época em que os votos de protesto estavam na moda, cerca de 80 mil pessoas escreveram “Biro-Biro” nas cédulas para os votos ao Senado. O talento no futebol, o apelido engraçado e a figura curiosa, com os cabelos encaracolados e tingidos de louro, transformaram o corintiano numa figura muito popular. “Onde eu vou tem Biro-Biro. As pessoas colocam meu nome em tudo, até em gato, cachorro”, conta.

Velho cartola da política, Paulo Maluf sabia do potencial político de Biro-Biro e resolveu convidá-lo a sair candidato pelo PDS, por intermédio de Vicente Matheus, presidente do Timão e tio da esposa do jogador. O atleta não queria, os amigos

insistiram e ele foi “para ver como era”. Eleito com 39.198 votos em 1988, teve dificuldade para cumprir os primeiros anos de seu mandato, porque ainda estava na ativa como jogador, na Portuguesa. “A cada seis meses eu pedia licença de um mês para poder me dedicar ao time. Queria continuar jogando até o final da minha carreira”, relembra. Isso durou quase o mandato todo. “Só no final comecei a frequentar mais e participar das votações.”

Comprou brigas com o PDS, por se recusar a votar como o partido pedia, e foi para o PMDB, a convite do corintiano e futuro governador Luiz Antonio Fleury Filho. Sem paciência para negociações partidárias, Biro procurava seu próprio jeito de ajudar as pessoas – inclusive com ações que hoje seriam consideradas ilegais. “Naquela época, a gente podia dar cesta básica no gabinete. Eu conseguia com uns amigos que tinham mercado e até tirei do meu bolso para ajudar”, conta. “A gente via o sofrimento do pessoal que passava fome. Eu pensava no benefício do povo”, justifica.

Biro conta que não voltou mais a se candidatar, mas se manteve próximo aos políticos, atuando como assessor de parlamentares. Saiu do único mandato com uma certeza: “A política não é para mim”.

DIVINO VEREADOR

Depois de dois corintianos, foi a vez de um palmeirense chegar ao Palácio Anchieta. Mas o próprio Ademir da Guia, hoje com 72 anos, sabia que era uma zebra no campeonato eleitoral. “Eu não tinha esperança de vencer”, lembra o jogador. Quando aceitou o convite do ministro Aldo Rebelo para disputar as eleições municipais de 2004, pen-

ENTREVISTA | Ademir da Guia

“Procurei ser uma pessoa correta”

Como foi a experiência de vereador?

Você sempre aprende alguma coisa. Fizemos uns 70 projetos de lei, mas poucos passaram. “A cidade de São Paulo”, me falou uma vez um prefeito, “tem 55 vereadores. Se todo vereador quiser aprovar um projeto a cada três meses, a cidade não vai comportar tantas leis naquelas que já tem”. Alguns, que são mais importantes, passam. Tudo isso a gente assimilou e aprendeu.

O senhor foi um bom vereador?

O vereador tem que tentar de alguma forma trazer boas coisas para a cidade. Tudo o que vai fazer precisa de uma maioria. Por isso, o vereador procura fazer tudo em conjunto. Tem que ter apoio dos colegas. A finalidade é melhorar uma cidade como São Paulo, que cresce muito e tem vários problemas.

Tem alguma mágoa?

Não guardo mágoas. Na minha passagem na política, fiz muitos amigos e procurei ser sempre uma pessoa correta. Agora serei candidato a deputado estadual, pelo PR. Às vezes a gente é mal compreendido, mas procuro fazer aquilo que posso e sei.

Como vê o futebol brasileiro hoje?

O futebol se modernizou muito. Os jogadores não são mais presos ao clube, como nós éramos. O futebol em si, no passado, tinha mais craques. Era um futebol mais bonito. Hoje não temos mais os pontas. Tínhamos só um volante. Hoje tiram o meia e jogam mais volantes. Um exemplo claro é o do Ganso, que é um craque, mas às vezes fica de fora porque o esquema faz com que o jogo seja mais de marcação.

sava apenas em ajudar outra candidata do PCdoB, Nádia Campeão (atual vice-prefeita de São Paulo). Mas o resultado das urnas mostrou a Ademir que não apenas o futebol é uma caixinha de surpresas: ele foi eleito com 27.541 votos, enquanto a favorita Nádia ficou como suplente.

Um resultado que não deveria ser tão surpreendente, já que Ademir é um dos maiores ídolos da torcida alviverde. Filho de Domingos da Guia, considerado um dos maiores zagueiros da história, Ademir jogou 900 partidas e marcou 153 gols pelo Palmeiras, entre 1961 e 1977, sendo cinco vezes campeão paulista e pentacampeão brasileiro. Chamado de Divino, conquistou os gramados com um estilo sereno e elegante, que foi cantado em prosa e verso por cronistas, escritores e até pelo poeta João Cabral de Mello Neto.

Como seus dois antecessores, da Guia também se desentendeu com seu time na Casa e trocou o PCdoB pelo PR. Mesmo assim, afirma não ter tido grandes difi-

culdades para se adaptar ao jogo do Palácio Anchieta. “Não é fácil conviverem 55 pessoas, cada uma pensando de um jeito, e chegar num acordo. Mas fiz muitas amiza-

HONRARIA • Ademir com João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, na CMSP



Copa do Mundo passou pela Câmara

A atuação dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo ajudou a criar condições para a realização da Copa do Mundo 2014 e a debater consequências, positivas e negativas, do megaevento.

Em 2011, a Câmara aprovou projeto de lei da Prefeitura de São Paulo que concedeu R\$ 420 milhões em incentivos fiscais para a construção do Itaquerão, estádio de abertura da Copa. No mesmo ano, os vereadores criaram uma subcomissão, no âmbito da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para acompanhar o andamento das obras ligadas à Copa.

Em 10 de junho do ano passado, o secretário-geral da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Jérôme Valcke, esteve no Plenário da CMSP para representar o presidente da instituição, Joseph Blatter, que recebeu o Título de Cidadão Paulistano, de autoria do vereador Reis (PT).

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual Infantil, concluída em dezembro do ano passado, analisou medidas para tentar coibir o abuso de menores por conta do turismo sexual relacionado à Copa.

TIMES DOS VEREADORES

São Paulo

Arselino Tatto
Aurélio Miguel
Aurélio Nomura
Coronel Telhada
Eduardo Tuma
Marco Aurélio Cunha

Santos

Alfredinho
Jair Tatto*
Mario Covas Neto
Nabil Bonduki
Ricardo Young

Palmeiras

Abou Anni
Andrea Matarazzo
Calvo
Donato
Edemilson Chaves
Floriano Pesaro
Laércio Benko
Marquito
Nelo Rodolfo
Reis
Ricardo Nunes
Sandra Tadeu
Senival Moura
Toninho Vespoli
Vavá

Corinthians

Adilson Amadeu*
Ari Friedenbach
Atilio Francisco
Claudinho de Souza
Conte Lopes
Coronel Camilo
Dalton Silvano
Edir Sales
Eiseu Gabriel
George Hato
Gilson Barreto
Goulart
José Police Neto
Juliana Cardoso
Milton Leite
Natalini
Netinho de Paula
Ota
Patrícia Bezerra
Toninho Paiva

Ferroviária

Paulo Fiorilo

Flamengo

Jean Madeira

Grêmio

Jair Tatto*

Juventus

Adilson Amadeu*

Uberaba

Paulo Frange

Sem time

David Soares
José Américo
Marta Costa
Noemi Nonato
Roberto Tripoli
Souza Santos



Corinthians



Palmeiras



São Paulo



Sem time



Santos



Ferroviária



Flamengo



Grêmio



Juventus



Uberaba

35%

26%

10%

10%

9%

2%

2%

2%

2%

2%

*Escolheram mais de um time

des, tanto com os partidos da oposição, como da situação”, lembra. No meio do campeonato, tropeçou em denúncias de corrupção, que foram arquivadas pela Corregedoria da Casa. “Procurei ser sempre uma pessoa correta”, afirma Ademir, que diz não guardar mágoas da sua passagem pela Câmara.

Entre as leis que conseguiu aprovar, está a 14.886, de 2009, conhecida como “lei antitrombada”, que obriga a colocação de uma faixa sinalizadora em vitrines e outras peças de vidro, para evitar que as pessoas batam contra elas.

O próximo desafio do craque é prosseguir na carreira política. Tentou a reeleição para vereador em 2008, mas foi uma bola fora. Neste ano, tentará outro campeonato, o da Assembleia Paulista, e espera acertar “onde a coruja dorme”.

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes) [@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

FESTA CÍVICA
Vereadores
e funcionários
da CMSP em
passeata
pelas diretas



O começo do fim

Há 30 anos, CMSP apoiou luta popular pelas eleições diretas e volta da democracia

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

No verão de 1984, a moda em todo o País era usar amarelo. Não só por uma questão estética, mas principalmente por uma causa política, pois a cor significava liberdade e democracia. Nas ruas, praças, escolas, sindicatos, câmaras, assembleias, no Congresso, enfim, em todos os cantos, os brasileiros usavam roupas amarelas e gritavam juntos: “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil”. Era a campanha das Diretas Já, um movimento de toda a so-

cidade brasileira que tinha um objetivo único: eleições diretas para a Presidência da República.

A tentativa de voltar às diretas fracassou, pois a eleição presidencial de janeiro de 1985 ainda foi realizada por intermédio do colégio eleitoral. Contudo, segundo muitos analistas, a Campanha das Diretas representou o começo do fim da ditadura. “Foi a verdadeira proclamação da República”, resume o jornalista Ricardo Kotscho, presente nos principais comícios



LIBERDADE
Tribuna Livre das Diretas estava à disposição de todos os cidadãos



LUTO/LUTA
"Velório" dos deputados que não apoiaram as diretas foi na CMSP

da campanha como repórter do jornal *Folha de S. Paulo*.

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) não ficou de fora desse movimento. Vereadores e funcionários participaram de várias formas. Em 29 de fevereiro de 1984 foi instalado o Comitê Pró-Diretas da Câmara, com a participação dos vereadores Marcos Mendonça (PMDB), Edson Simões (PMDB), Jooji Hato

(PMDB), Albertino Nobre (PTB), Mário Noda (PTB), Luíza Erundina (PT), Irede Cardoso (PT) e Tereza Lajolo (PT). A bancada do Partido Democrático Social (PDS), que apoiava o governo do general João Figueiredo, foi convidada a indicar um membro, mas recusou. Uma das iniciativas desse grupo e de outros vereadores foi criar no térreo do Palácio Anchieta, sede da CMSP, um palanque para que todos os cidadãos pudessem expressar suas opiniões: a Tribuna Livre das Diretas.

Os vereadores pró-Diretas também aproveitavam qualquer oportunidade para defender suas ideias. Em 24 de fevereiro, na Sessão em Homenagem ao Dia da Mulher, ocorrida no Plenário da CMSP, as vereadoras Irede Cardoso, Ida Maria (PMDB), Erundina e Tereza Lajolo fizeram discursos a favor do voto direto. Na ocasião, até a primeira-dama do Estado, Lucy

GOLPE NA DEMOCRACIA

3/10/60 Eleição de Jânio Quadros (presidente) e João Goulart (vice)	31/3/64 Golpe Militar	13/12/68 AI-5 é decretado	15/3/74 General Ernesto Geisel toma posse como presidente	25/1/84 Na Praça da Sé, 400 mil pessoas exigem eleições diretas	15/1/85 Eleição indireta de Tancredo Neves
25/8/61 Renúncia de Jânio Quadros	15/4/64 Marechal Castello Branco assume a Presidência	31/8/69 Junta Militar assume o poder	25/10/75 Jornalista Vladimir Herzog é assassinado pela ditadura	16/4/84 Comício pelas Diretas Já reúne 1 milhão no Vale do Anhangabaú	15/3/85 Vice-presidente eleito, José Sarney assume lugar de Tancredo
7/9/61 Jango assume a Presidência, com poderes limitados	3/10/66 Marechal Costa e Silva é eleito presidente pelo Congresso	25/10/69 Eleição do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência	15/3/79 Posse do general João Figueiredo	25/4/84 Emenda Dante de Oliveira é rejeitada	17/12/89 Fernando Collor eleger-se presidente pelo voto direto

Montoro, mulher do governador Franco Montoro (PMDB), fez questão de deixar claro: “Esse slogan ‘Diretas Já’ está nos unindo, mesmo com diferenças partidárias, com diferenças ideológicas. Acho que essas diferenças são todas superficiais no sentido de que, basicamente, aquilo por que temos que lutar é por essa causa da redemocratização do nosso País”.

NAS RUAS

No dia 16 de abril, o Vale do Anhangabaú foi palco de uma das maiores manifestações da cidade, quando mais de um milhão de pessoas se reuniram para exigir as diretas. Uma passeata com vereadores e funcionários saiu do Palácio Anchieta, percorreu as ruas do centro e foi se unir à multidão.

A vice-presidenta do Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal, Sônia Alves, estava na passeata. “Foi uma festa maravilhosa, as pessoas cantavam, jogavam papel picado dos prédios, o povo estava pegando a história com as mãos”, lembra-se, emocionada. Ela, na época assessora do vereador João Carlos Alves (PT), também se recorda de como as manifestações da Campanha das Diretas eram pacíficas. “Não havia mascarados nem essa violência que há hoje.”

Apesar da vontade popular e do País em festa, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a volta das eleições diretas, foi derrotada em 25 de abril na Câmara dos Deputados. A ressaca cívica foi inevitável, mas a luta continuou. Em 11 de maio, houve um enterro simbólico dos 15 deputados paulistas que não votaram a favor das diretas. O velório foi no térreo da Câmara paulistana e, em cima de cada



MULTIDÃO • Milhares de pessoas se reúnem na Praça da Sé para exigir eleições diretas

caixão, estava registrada a causa da morte: “Traição da vontade do povo”. Militantes e funcionários, em vez do amarelo das Diretas, usaram o preto do luto.

Um dos caixões que mais se destacavam era o do deputado

federal Paulo Maluf (PDS), que já se declarava candidato a presidente, mas pelo voto indireto. Meses depois, em 15 de janeiro de 1985, Maluf foi derrotado por Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Era o fim da ditadura.

ENTREVISTA | Ricardo Kotscho

O jornalista **Ricardo Kotscho** foi considerado por Ulisses Guimarães, o ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte, como o “cronista das Diretas”, por ter percorrido o Brasil todo acompanhando os comícios da Campanha como repórter do jornal *Folha de S. Paulo*. Agora, 30 anos depois e recuperando-se de uma fratura no cotovelo, Kotscho está otimista com o País. Ele fala com autoridade de quem já foi repórter dos principais veículos do País e secretário de imprensa da Presidência no primeiro governo Lula.



BALANÇO • Para o cronista das Diretas, o brasileiro tem todos os motivos pra ser otimista

O senhor foi testemunha e personagem da história do País nos últimos 50 anos. Como avalia esse período?

Ricardo Kotscho: Sou contemporâneo do golpe. Comecei na profissão em 64, poucos meses depois do golpe. Tudo mudou nesses 50 anos. O mais importante é que voltamos a ter democracia e liberdade, isso é o mais importante, para um jornalista e para qualquer cidadão. Só fomos voltar a ter democracia em 84, na Campanha das Diretas. O grande jornalista e historiador Laurentino Gomes diz que ali foi a verdadeira proclamação da República, porque na Proclamação da República o povo não existiu, foi um golpe militar. Tem uma frase do jornalista Aristides Lobos que diz que o povo assistiu bestializado à Proclamação da República. A mesma coisa aconteceu

em 64; não tinha povo, tivemos aquelas marchas da família, que foi um negócio manipulado pela Igreja, pelos governadores de oposição, pelos Estados Unidos, mas o povo mesmo não tinha a menor ideia do que estava ocorrendo. Então, em 84 é que o povo foi para a rua pela primeira vez pra lutar por democracia. Eu concordo com Laurentino Gomes.

Como foi a Campanha das Diretas?

Foi um movimento multipartidário, entrou todo mundo, todas as assembleias, todas as câmaras municipais, todos os grandes líderes políticos do País, com exceção da turma do PDS. Um personagem simboliza essa luta, essa época: Ulisses Guimarães, que mais tarde seria presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Essa luta foi de todos, não de uma parcela da sociedade,

de um partido, não foi manipulada por ninguém. Foi um ato de afirmação da população brasileira.

Em seu blog, *Balaio do Kotscho*, o senhor informa que o ex-presidente Jango tinha uma grande popularidade.

Sim. Dias antes do golpe foram feitas duas pesquisas, uma em São Paulo e outra nacional. Jango tinha 65% de aprovação popular, um índice altíssimo até para os dias de hoje. Eu não tinha ideia disso. O que a gente sabia pela imprensa da época é que Jango não tinha apoio, que era um fraco. Outro dado era que a maioria da população apoiava as reformas. E mais. Se ele pudesse, seria reeleito em 65. Eu sempre tive pra mim que o grande favorito era o ex-presidente Juscelino Kubitschek. O mais incrível é que isso ficou escondido por 50 anos. Na época, a

“

Nossa geração foi vitoriosa ao final desse processo”

imprensa não divulgou nada. Quem descobriu foi um repórter da *Folha de S.Paulo*, que encontrou documentos na Universidade de Campinas, mas a imprensa atual deu essa notícia muito lateralmente. Chamou minha atenção porque é um fato importante neste momento em que se discute o papel da mídia e dos institutos de pesquisa. Se essas pesquisas tivessem sido divulgadas na época teriam mudado os resultados dos acontecimentos?

Muita gente fala da possibilidade de haver um golpe no Brasil. Existe esse risco?


Não há a menor chance de se repetir aquela história por uma razão muito simples. Hoje os militares estão dedicados unicamente a seu trabalho previsto na Constituição. Não conheço nenhum líder militar da ativa que possa estar envolvido em alguma tentativa de golpe. Tem alguns de pijama, as viúvas do golpe de 64, que de vez em quando soltam um manifesto. Não vejo condições nem dos empresários, nem dos meios de comunicação. Não acredito que haja uma mídia golpista.

O que o senhor acha daqueles que têm saudade da ditadura?

Há dois tipos dessa gente. Um que realmente é conservador, de direita, que continua achando que o Brasil está ameaçado pelo comunismo. São as viúvas da ditadura, que são poucas. E tem, aí é que eu acho mais grave,

uma parcela da juventude, mal informada, mal formada, que acha que o País está acabando, que há um risco de o Brasil virar uma Venezuela. Não há um ato concreto do governo contra a liberdade de expressão.

Como está a democracia brasileira?

Estamos diante de uma democracia muito jovem, que ainda tem muito a percorrer. Temos uma democracia política, temos liberdade de expressão como nunca antes, com um período longo de liberdades públicas, mas acho que para a democracia ser completa ainda precisa incorporar uma boa parte da população que está marginalizada, sem oportunidades. Já melhorou muito. O balanço do Brasil de 50 anos atrás e o de hoje é positivo em todos os sentidos, econômico, social. A nossa geração foi vitoriosa ao final desse processo. E ainda tem muita coisa a ser feita. É muito bom ser jornalista neste País porque tem muita história para ser contada. É um mundo de histórias à disposição dos interessados em contar o que está acontecendo. Eu sou muito otimista. O brasileiro tem de ser otimista, tem todos os motivos para isso. O Brasil melhorou muito. 

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

 /RevistaApartes  @RevistaApartes

Conspiração e resistência

Em evento na CMSP, Paulo Markun explica atuação da imprensa durante a ditadura e a democracia

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br



O jornalista e escritor **Paulo Markun**, ex-presidente da TV Cultura, tem uma visão bem crítica do papel da imprensa nos preparativos para o golpe que derrubou o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, e nos 21 anos de autoritarismo que se seguiram. “Essa visão de que havia uma maciça resistência dos jornalistas é um pouco cor-de-rosa”, resumiu. Markun participou do Ciclo de Debates em Comunicação da Câmara Municipal de São Paulo, em 15 de abril, no qual se discutiu a relação entre mídia, ditadura e democracia. Ele, que se prepara para lançar o livro *O Brado Retumbante*, também concedeu entrevista para aprofundar alguns pontos de sua análise.

Qual foi a participação da imprensa no golpe?

Paulo Markun: No primeiro momento, grande parte dos veículos apoiou o golpe. Dentre os grandes jornais da época, apenas a *Última Hora* apoiava Jango e suas redações foram empasteladas em vários locais do Brasil. É importante ressaltar que, logo depois, o *Correio da Manhã* começou a se afastar do movimento, com alguns jornalistas, como Carlos Heitor Cony e Marcio Moreira Alves denunciando tortura, o que obrigou o governo a tentar justificar o injustificável. Esse processo vai evoluindo e outros veículos começam a ficar contra o regime, ainda que com certos cuidados. O *Estado*

de S.Paulo, cujo proprietário (Júlio de Mesquita Filho) foi um dos integrantes da conspiração pela queda de Jango, foi um dos jornais que se posicionou contra a ditadura, principalmente depois do AI-5, pois, até então, a imprensa tinha razoável liberdade e exercia a sua função.

Como os jornalistas reagiram?

A grande maioria não era a favor do golpe, mas havia os favoráveis. E uma grande parte dos profissionais não se opunha expressamente. Fazia seu trabalho, cumpria as ordens da censura, que chegavam à maioria das redações



TRANSFORMAÇÃO • A imprensa está passando por uma crise, admite Markun


por telegrama ou telefonema. Muitas vezes a gente sabia das notícias por essas ordens, pois nem apurar a gente conseguia. Essa visão de que havia uma maciça resistência dos jornalistas é um pouco cor-de-rosa.

Qual foi a importância dos jornais alternativos?

Surgiram mais de 150 veículos alternativos, mas eles também não conseguiam exercer sua atividade por força da censura. Eu trabalhei no *Opinião* e a gente produzia dois jornais; um era simplesmente jogado no lixo pelos censores. O que sobrava tinha muito menos informação e contundência do que a grande imprensa. Infelizmente, não era algo eficiente. Mas isso não diminui o esforço nem o empenho das pessoas que buscaram esse caminho de luta. E aqui ou acolá houve êxitos momentâneos, em que se driblava a censura ou cobria assuntos que a grande imprensa não abordava, por exemplo, a questão sindical.

Como está a imprensa atualmente?

A imprensa está em crise, não por força de suas opções ideológicas, mas pela realidade do mercado, por força das transformações tecnológicas.

Está procurando alternativas para sobreviver. Uma delas é a polarização, que faz com que comentaristas críticos ao governo federal tenham espaço mais amplo do que já tiveram no passado. Ao mesmo tempo, governo nenhum gosta de imprensa contra ele, gostaria de ter a favor. A maior parte dos veículos da grande imprensa não é de oposição sistemática ao governo. Essa é uma visão contaminada pelo processo político. Não acho que haja um Partido da Imprensa Golpista, o PIG. Mas também creio que muitas ações do governo que mereciam ser mais divulgadas e analisadas são contaminadas pela oposição sistemática de certos setores. O remédio para isso é continuar havendo democracia e liberdade de imprensa. E as novas tecnologias oferecerem a possibilidade de comunicação direta com o grande público e entre o grande público. Basta ver a quantidade de comentários que há nas notícias dos portais. 

Principais livros de Paulo Markun

- *Dom Paulo Evaristo Arns, o Cardeal do Povo*
- *Anita Garibaldi, uma Heroína Brasileira*
- *O Sapo e o Príncipe - Biografia Comparada de Lula e Fernando Henrique*
- *Meu Querido Vlado*
- *Cabeza de Vaca*
- *1961- o Brasil entre a Ditadura e a Guerra Civil*
- *Brado Retumbante* (a ser lançado em breve)

Acompanhe a programação voltada às questões da cidade de São Paulo:

- Sessões Plenárias ao vivo
- Debates entre os vereadores
- Entrevistas com as principais lideranças da capital
- Votações dos projetos de lei que transformam a cidade
- Dicas, informações e guias sobre São Paulo

Confira isso e muito mais em:

Canal 61.4 (aberto digital - 24h)

Canais a cabo 7 (digital) e 13 (analógico) NET, das 13h às 20h

Transmissão on-line pelo portal www.tvcamara.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

ESCOLA DO
PARLAMENTO



CURSOS, PALESTRAS E OFICINAS ABERTOS A TODOS OS CIDADÃOS

Acompanhe a agenda das atividades
da Escola do Parlamento no portal.

www.camara.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

